

# O processo de formação do capital industrial no Estado de São Paulo: 1880 a 1930

LILIANA BUENO DOS REIS GARCIA

## 1. INTRODUÇÃO:

O objetivo principal deste trabalho, é a análise da formação do capital industrial no Estado de São Paulo. Dada a complexidade de desenvolvimento econômico que assume as diferentes regiões do Brasil, optamos pela análise desse processo no Estado de São Paulo, por este apresentar características marcantes, geradas sobretudo, pelo desenvolvimento da cultura cafeeira. Portanto, não se fará menção no corpo do trabalho, das características assumidas pelo processo de desenvolvimento econômico das demais regiões brasileiras, pois as mesmas requerem estudos pormenorizados para entender a forma como o capitalismo as integra no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

Partimos do pressuposto de que a industrialização de São Paulo depende desde o princípio da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café. É na região do café, que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira.

O primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, ocorre entre 1876 a 1888, quando dobra a capacidade produtiva do café. Esta expansão já será feita parcialmente, dentro de relações capitalistas de produção, possibilitando um acelerado e diversificado crescimento da economia paulista.

Encontramos ao longo de todo o desenvolvimento da economia cafeeira, nos séculos XIX e XX, períodos de apogeu e declínio da produção, oscilações essas decorrentes do caráter externo do comércio do café. No entanto, apesar dos altos e baixos, ela é a responsável por inúmeras mudanças na paisagem sócio-econômica e política do Estado de São Paulo.

\* Departamento de Planejamento Regional, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP — Campus de Rio Claro.

À medida em que se dá a ampliação da produção cafeeira, inúmeras atividades tipicamente urbanas começam a se desenvolver, gerando um processo de acumulação de capital que possibilita os primeiros passos do desenvolvimento industrial do país. O café passa a ser o esteio do crescimento industrial nacional, pois vem desta forma proporcionar os pré-requisitos necessários ao sistema industrial, ou seja, gera a formação de uma economia monetária.

Efetivamente é o capital cafeeiro que promove a primeira expansão industrial, tanto direta como indiretamente, pois, as evidências históricas demonstram que também comerciantes, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundam e adquirem empresas industriais, sobretudo no período compreendido entre 1890 a 1894, gerando o primeiro surto de industrialização no Estado. Isto é possível, pois ocorre uma forte expansão do plantio, estimulada sobretudo pela elevação externa dos preços do café, acarretando uma alta produtividade do setor e também, sobretudo pela retaguarda protecionista dada pelo Estado, elevando assim em muito, o grau de proteção à indústria, o que de certa forma vem proporcionar um acréscimo da rentabilidade industrial.

Portanto, não subsiste dúvidas de que a economia cafeeira, assentada em relações capitalistas de produção engendra os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria produtora de bens de consumo.

A afirmação de que o capital cafeeiro gera a indústria, é o ponto de partida. Assim sendo, a análise se inicia através da formação do capital industrial, tendo como proposição básica, reflexões críticas e comparativas do posicionamento de vários autores sobre este aspecto, isto é, em que proporções a agricultura gera a indústria e para em seguida a análise recair sobre as origens da indústria, ou seja, quais os mecanismos que geram o crescimento industrial e as causas que levam à concentração no Estado de São Paulo e nas indústrias de bens de consumo.

## 2. AS CONDIÇÕES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO — PERÍODO 1.880 - 1.930.

### 2.1. *Relação Café-Indústria.*

Após inúmeros estudos realizados, não resta dúvidas de que é o desenvolvimento da cafeicultura, o fator fundamental da implantação industrial em São Paulo. Isto é possível pois a agricultura cafeeira gera um processo de acumulação de capital que tem início no final do século XIX, estendendo-se até 1930, transformando deste modo, capital cafeeiro em capital industrial.

Vários autores defendem a tese de que o café é um estímulo à industrialização, gerando os elementos vitais do desenvolvimento industrial paulista. Há um consenso entre eles de que o capital gerado pela economia cafeeira,

estimula de uma forma ou de outra as inversões nos setores urbanos, ou seja, no comércio e na industrialização. São também unânimes em determinar o ponto inicial da moderna industrialização no Brasil, no final do século XIX em decorrência da concentração de renda no centro-sul do país, mais especificamente na área cafeeira de São Paulo.

A tese defendida por Melo (1975), parte da discussão de que o capitalismo se instaura no Brasil com a economia primária exportadora cafeeira onde o setor externo vem representar o único componente autônomo de crescimento de renda, transformando-se, portanto, no seu centro dinamizador. O capital que começa a dominar a economia nacional é o capital mercantil, cujo processo de acumulação é auxiliado pela pessoa dos comissários — principais orientadores dos fazendeiros no que diz respeito à aplicação dos lucros da cafeicultura, dando-lhes papel de destaque no processo de acumulação do complexo cafeeiro — do importador e pelos bancos cafeeiros que começam a se formar a partir de então.

Deste modo, Melo (1975, p. 102), ressalta que a “economia cafeeira capitalista engendra as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria, ao gerar uma massa de capital monetário concentrada nas mãos de determinada classe social, possível de se transformar em capital produtivo industrial. Ela transforma a própria força de trabalho em mercadoria e promove a criação de um mercado interno de proporções consideráveis”.

O capital industrial nasce portanto, com o desdobramento do capital cafeeiro, empregado tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu seguimento urbano (atividades comerciais, serviços financeiros e transportes). Essa transposição de capital do núcleo cafeeiro para o núcleo industrial “ocorre nos momentos de auge exportador, quando a rentabilidade do capital cafeeiro, atinge níveis verdadeiramente extraordinários. Da mesma forma, não se pode negar que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial beneficia-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes também de uma política econômica do Estado. Essas medidas consubstanciadas sobretudo nas facilidades de créditos, são altamente positivas para as inversões industriais” (Melo, 1975, p. 103 e 104).

Aliado a essas condições favoráveis, Melo (1975) lembra a existência de trabalhadores livres disponíveis para o capital industrial, graças à imigração massiva que libera esse contingente de força de trabalho que é absorvida pela indústria. Ao mesmo tempo, essa massa de trabalhadores urbanos, cria e estimula a formação e desenvolvimento de um mercado de consumo para os bens industrializados.

Em função dessas condições segundo Melo (1975, p. 106), “a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, especialmente a têxtil, foi capaz de surgir, e não, a indústria de bens de produção. A razão não está circunscrita na órbita do mercado, pois o complexo cafeeiro cria demanda não somente para bens de consumo, como também, para bens

de produção. O problema central está em que a indústria de bens de produção necessita de inversões em grande escala, impossível de realizar neste momento histórico determinado, envolvendo grandes riscos que o capitalismo brasileiro ainda não podia arcar”.

É importante salientar, dentro das concepções discutidas por Melo (1975, p. 108), que “a articulação entre o capital cafeeiro e o capital industrial corresponde um determinado padrão de acumulação que contém em si mesmo unidade e contradição”.

Essa unidade e contradição é própria da acumulação capitalista, pois, o capital industrial depende do capital cafeeiro para sua expansão. “O capital industrial está submetido à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira assim como, ele sozinho é incapaz de gerar seu crescimento e de criar seu próprio mercado, pois seu crescimento é dependente do mercado externo criado e fomentado pelo complexo exportador cafeeiro” (Melo, 1975, p. 110).

Ao mesmo tempo, ocorre uma dupla dependência do capital industrial para com o capital cafeeiro, “consubstanciada primeiro, na dependência da capacidade produtiva que se acha presa à capacidade para importar, gerada pela economia cafeeira, e segundo, porque o capital industrial demonstra-se incapaz de gerar seus próprios mercados, pois seu crescimento acha-se atrelado ao complexo exportador cafeeiro” (Melo, 1975, p. 110).

O capital cafeeiro associado ao capital industrial gera como já foi dito, uma associação contraditória e para entendê-la, Melo (1975), reporta-se ao mecanismo do ciclo, com períodos de auge exportador e de retração.

Nos períodos de auge, aumenta a acumulação e gera portanto, um ciclo positivo de expansão conjunta entre café e indústria e nos períodos de retração, diminuem-se as exportações iniciando-se uma etapa declinante do ciclo. Nesse momento, tanto café como indústria sofrem perdas consideráveis. No entanto, a quebra que ocorre na capacidade para importar, vem até certo ponto, defender o capital industrial que gradualmente se recupera da depressão, através da utilização da capacidade ociosa da economia cafeeira.

Desta forma, conclui-se que a posição de subordinação da economia cafeeira à economia mundial capitalista, tanto se dá em termos do capital cafeeiro, como em termos da acumulação de capital industrial.

O autor em questão, abandona a idéia do mecanismo dos “ciclos econômicos”, com períodos de crescimento, auge e declínio, para visualizar a expansão cafeeira, através de períodos cíclicos de expansão e retração como parte de um sistema capitalista mundial e por ele gestado. O capitalismo é que cria condições para o desenvolvimento dessas etapas denominadas “ciclos econômicos”.

Sendo assim, o período compreendido entre os anos de 1880 a 1930 marca o nascimento e a consolidação do capital industrial determinada pela gestação da economia cafeeira.

A relação café indústria também é evidenciada por Dean (1971, p. 10 a 14), pois, “o café foi a base do crescimento industrial nacional porque

proporciona o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial: a economia monetária, isso porque os agricultores encontraram um mercado que pagava, em dinheiro, os seus produtos, aumentando assim o volume de dinheiro em circulação e também o crédito bancário. O café e o seu comércio, não gera apenas a procura da produção industrial. Ele custeia também, grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais, necessárias a tornar proveitosa a manufatura nacional, possibilitando a formação de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial de onde se conclui que o crescimento continuado da indústria paulista foi resultante do crescimento do comércio do café”.

Há também por parte de Dean (1971), uma negação da tese dos clássicos, Celso Furtado e Roberto Simonsen, de que a industrialização em São Paulo se faz nos momentos de crise do café. A defesa de Dean recai justamente na relação positiva entre café e indústria, pois, quando café vai bem, a indústria também atinge sua prosperidade.

A mesma tese: relação café e indústria é endossada por Cano (1977, p. 122), que dá um destaque todo especial ao “caráter cíclico da economia cafeeira, pois, quando se examina a expansão cafeeira no Brasil, o que se vê são fases em que os preços se deprimem. Na fase da expansão grande parte dos recursos disponíveis são investidos na formação de plantação e com a chegada dos preços baixos, fazendo baixar a lucratividade média da cafeicultura, criam-se condições para que parte dos lucros cafeeiros sejam investidos em outros segmentos do complexo, como por exemplo, em bancos, estradas, indústrias, usinas, etc.”

Ao enfatizar o caráter cíclico da economia cafeeira, não podemos deixar de visualizá-la em seu conjunto. Isto posto, Cano (1977, p. 122), afirma que “se visto o conjunto da atividade cafeeira, o mecanismo do ciclo encobre o funcionamento e a ação das partes constitutivas do todo cafeeiro, ou seja, quando se dá uma grande onda de expansão do plantio, por exemplo, a de 1886/97, as plantações feitas no início dessa onda (1886), cinco anos depois, começam a produzir e a gerar lucros (1891), enquanto ainda segue a onda expansionista para as demais frações do todo cafeeiro. Assim, parte desses novos lucros podem perfeitamente se transferir direta ou indiretamente da atividade nuclear para a indústria, mesmo que a expansão do plantio siga por mais tempo”.

Deste modo, a baixa dos preços do café no mercado externo, diminui em parte os lucros. Em parte porque, as mais afetadas são as antigas plantações que já se apresentam com uma produtividade física baixa. As plantações mais novas, sustentam lucros elevados e conseqüentemente, oferecem uma margem de lucro satisfatória, permitindo mesmo, em períodos de crise do comércio exterior, inversões de capital cafeeiro em capital industrial.

Também Cano (1977), ressalta que os investimentos canalizados para o setor industrial só atingem níveis satisfatórios se devidamente amparados por tarifas protecionistas. Só assim, as indústrias nacionais estão protegidas da concorrência com os produtos similares importados.

Outro aspecto considerado por Cano (1977), liga-se ao problema do suprimento de mão-de-obra para a indústria e conseqüentemente dos salários, além da questão do mercado.

O problema do suprimento de mão-de-obra e dos níveis salariais, é resolvido através da intensificação das correntes imigratórias para São Paulo. Acrescente-se a este fato, o largo emprego na fábrica de crianças e mulheres, o que vem de certa forma ampliar a oferta de mão-de-obra, ao mesmo tempo que pressiona o salário do homem adulto para taxas menores. Amplia-se assim, a oferta de mão-de-obra ao mesmo tempo que pressiona para baixo, o salário. Também, as condições de trabalho na lavoura, através do sistema de colonato, uma evidente forma de exploração da mão-de-obra rural, é tido como um fator determinante para a expulsão do homem do campo, vindo este contingente engrossar as fileiras da oferta de força de trabalho no setor urbano.

Deste modo, o êxodo rural, o trabalho feminino e mais o trabalho do menor, comprimem para baixo ou pelo menos mantém a níveis baixos as taxas de salário urbanos. Essa situação é reforçada pela ausência total de legislação trabalhista.

Podemos em função da relação capital cafeeiro e capital industrial, deduzir que a mesma não se dá numa mesma direção. Este fato é exposto por Cano (1977, p. 129) que vem mostrar que “em determinadas situações, o café poderia estar mal e a indústria bem, como por exemplo, no período 1906-1910, quando a indústria cresce e o plantio estanca, convivendo com baixos preços externos e internos para o café, assim como ambos poderiam atravessar situações bastante favoráveis como o que ocorre em 1890 e 1894 ou então entre 1927 e 1928, e, em outros períodos, o café poderia ir bem e a indústria ir mal como por exemplo, entre 1924 e 1926, em que a deteriorização tarifária e a política de valorização cambial desfavorecem acentuadamente a indústria, enquanto o café atravessa um período de altos preços externos e internos. Ou então, ambos poderiam estar mal como no período de 1895 a 1897 ou nos primeiros anos da crise de 1929”.

Apesar das relações contraditórias entre café e indústria, contradições essas geradas pela própria inserção do Brasil na economia capitalista mundial, a relação café e indústria é uma constante em todo período proposto para análise, ou seja, 1880 e 1930.

Em relação às inversões, tanto fazendeiros como imigrantes, comerciantes e importadores, agem como os principais agentes do complexo cafeeiro. Estes, fundam ou adquirem empresas, sendo portanto os principais agentes do processo de industrialização em São Paulo.

Também Silva (1976) vincula o surgimento da indústria às próprias contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista que tem como centro, a economia cafeeira. O processo de acumulação gerado pela economia cafeeira, assume características peculiares que permitem à economia brasileira iniciar seu desenvolvimento industrial pela grande indústria.

O processo de acumulação vai se dar através do trabalho assalariado que permite ao mesmo tempo, a formação de um mercado consumidor interno de produtos industrializados.

Diante dessas afirmações podemos concluir que a grande indústria no Brasil não é o resultado da transformação do artesanato e da manufatura, mas, sim, resultante de uma situação específica gerada pelo capital acumulado pela atividade cafeeira.

Também deve ser lembrado que no início do desenvolvimento industrial brasileiro, isto é, o período circunscrito entre o final do século XIX e princípios do século XX inexistia a grande indústria de base. A mesma representa uma parcela mínima de equipamentos produzidos pela indústria Nacional.

Pelo Censo Industrial de 1919, “apenas 4,7% do valor bruto da produção em 1919 tinha origem na metalurgia e indústrias mecânicas juntas. Esse total representava máquinas utilizadas no beneficiamento do café, produzidas no Brasil desde o final do século XIX e algumas ferramentas e equipamentos” (Foot, 1982, p. 57).

O mesmo problema é lembrado por Simão (1966, p. 17), quando diz que no início do século “a metalurgia como indústria de base se restringia à fase de refusão e a mecânica ao setor de montagem ou então à fabricação de equipamentos para beneficiar gêneros agrícolas, pequena variedade de aparelhos e reparação de máquinas, artesanalmente produzidas”.

Disto se deduz que o desenvolvimento industrial brasileiro nesse período inicial assume características peculiares e próprias, em função das causas que o determinam, e que o forte da produção industrial está nos bens de consumo. A indústria de base, sobretudo as pequenas indústrias mecânicas, conseguem apesar de tudo, sobreviver graças a uma tecnologia artesanal própria por elas desenvolvidas.

Entre as teses que enfocam a relação café-indústria deve também ser destacada a de De Decca (1981) que vê o processo de desenvolvimento da indústria no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, através da concentração de capital, a nível das empresas. “Essa indústria nascida concomitantemente à universalização do trabalho livre imposta pelo capital gerado na agricultura cafeeira, não só deixou de percorrer o caminho clássico do artesanato, manufatura e grande indústria como também, correspondendo a um dos momentos de realização dos valores desse capital, instalou-se desde as origens como “grande indústria” (De Decca, 1981, p. 142).

Ao afirmar essa passagem direta para a grande indústria, o autor em questão está endossando as teorias até agora expostas e defendidas por Melo (1975), Dean (1971), Cano (1977) e Silva (1976).

Explica-se a existência da grande indústria, pelas próprias condições, do desenvolvimento capitalista no final do século passado. Quando se considera, segundo De Decca (1981, p. 142), o problema da constituição do mercado interno “num momento em que a universalização do trabalho

livre tornou-se um imperativo para a própria acumulação do capital da economia cafeeira posto que ela passou a encontrar um obstáculo insuportável na mão-de-obra escrava, principalmente, num momento de entrelaçamento do capital mercantil cafeeiro com o capital financeiro inglês, cujos desdobramentos se fizeram sentir no decorrer da segunda metade do século XIX pela expansão das ferrovias e pela progressiva mecanização da agricultura no setor do beneficiamento, colocou em xeque imediatamente a própria produção baseada no trabalho escravo já que a redução dos custos da produção e o aumento da produtividade do trabalho apontavam permanentemente a questão da ausência de braços ou seja, a inexistência do exército de reserva”.

A falta de braços, leva à aplicações de capital cafeeiro para o incentivo da imigração de uma massa de estrangeiros suficientemente expropriados para serem absorvidos tanto pela lavoura cafeeira como pelas atividades urbanas em expansão. Portanto, a criação do mercado da força de trabalho, mais a acumulação do capital mercantil-financeiro do café, encontra para De Decca (1981, p. 143), “os caminhos para repor as suas próprias condições de expansão, fazendo crescer consideravelmente o setor financeiro e o sistema de crédito, possibilitando inversões diversificadas do próprio capital; parte era investida na própria produção do café, ao mesmo tempo que se faziam investimentos para o suprimento de mão-de-obra via política de imigração; além disso realizavam-se inversões na infra-estrutura de serviços — transporte e aparelhamento urbano — e por último esse mesmo capital tinha que manter uma capacidade para importar bens de consumo capazes de garantir a reprodução da força de trabalho”.

Deste modo, o capital cafeeiro encontra alternativas para repor as suas próprias condições de acumulação, através da criação de indústrias.

A indústria, abre portanto, um caminho para a inversão de capital mercantil-financeiro do café a fim de ampliar sua expansão. E o fato de já existir um mercado de força de trabalho, leva De Decca (1981), a afirmar a impossibilidade de um desenvolvimento da indústria a partir da clássica passagem do artesanato à manufatura e desta à grande indústria, conforme as etapas descritas por Marx em “O Capital”. Isto é impossível pelas próprias condições de reposição desse capital mercantil financeiro, pois, a inversão de capital vai se dar de imediato através da grande indústria mecanizada.

A criação de indústria no Brasil para De Decca (1981, p. 144), “representou um dos momentos cruciais da realização do capital mercantil-financeiro do café dado que este capital, não tendo organizado a indústria doméstica e a manufatura, não poderia esperar o desenvolvimento dessas forças produtivas capitalistas para realizar as suas inversões, pois ele mesmo, pela sua própria dinâmica de acumulação, havia obstaculizado aquele processo. Sob essas condições, surge no Brasil a indústria mecanizada”.

Deste modo, vê-se que o desenvolvimento da grande indústria está determinado não apenas pelas possibilidades de inversão do capital mercantil-

financeiro do café, mas também pela própria tecnologia disponível no mercado mundial do capitalismo e que o investimento de capital tem um retorno garantido a curto prazo e com alta margem de lucro. “A grande indústria mecanizada surge basicamente, ligada ao crescimento do capital mercantil-financeiro do café num momento em que se configura a necessidade dos países industrializados de realizar inversões de capital visando a abertura de novos mercados” (De Decca, 1981, p. 144).

A tendência do desenvolvimento industrial em São Paulo de se concentrar nas grandes indústrias, “é resultante do próprio momento pelo qual passa o capitalismo no final do século XIX, onde se nota uma nítida predisposição de centralização do capital através das grandes empresas, reprimindo assim, a concorrência e o livre trânsito dos pequenos e médios capitais” (De Decca, 1981, p. 146).

Dá-se portanto, um estímulo à formação e criação das sociedades anônimas, amparadas pelo sistema de crédito criado pela associação do capital mercantil do café e do capital financeiro internacional. Essa tendência à concentração se amplia no início do século atual, acentuando-se até o final da década de vinte. Isso é possível graças à melhoria dos transportes, a ampliação do uso da energia elétrica, que diminuem os custos da produção industrial.

A concentração ocorre mais nas indústrias de bens de consumo, sobretudo as indústrias têxteis e alimentares. Quanto ao setor de indústrias mecânicas e metalúrgicas, as transformações só passam a ocorrer a partir da década de 20. “Algumas antigas e pequenas oficinas mecânicas, metalúrgicas e pequenas fundições passariam por um processo de expansão, transformando-se em importantes produtores da incipiente indústria de bens de produção” (Cano, 1977, p. 224).

Essa visão dos rumos tomados pelo desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo, que vê a agricultura cafeeira e a grande indústria como componentes de um mesmo processo, reflete um momento específico da expansão do capitalismo mundial. Sob a égide do capital financeiro, do capitalismo monetário, de meios de produção e mão-de-obra disponível, dá-se a conjunção dos fatores imprescindíveis para a formação do capitalismo no Brasil.

Assim sendo, vemos que esses estudos efetuados por João Manuel Cardoso de Melo, Warren Dean, Wilson Cano, Sérgio Silva e Edgar De Decca são unânimes em mostrar que a dinâmica de acumulação de capital para a industrialização do Estado de São Paulo entre o período de 1880 a 1930, está centrada na cafeicultura. É ela que determina a ida de capital para a indústria e essa ida, torna-se portanto irreversível, engendrando todo o processo de desenvolvimento industrial centrado na região cafeeira de São Paulo.

No entanto, De Decca (1981), não descarta a existência da indústria doméstica no Brasil, no final do século XIX, porém, afirma que a mesma não leva ao desenvolvimento da grande indústria, pois, não é organizada

pelo capital mercantil cafeeiro. Ela existe paralela à grande indústria, surgindo para atender as demandas locais de bens.

A pequena indústria manufatureira, desenvolve-se sobretudo, pelo interior do Estado de São Paulo, paralela à grande indústria, engajando-se de certo modo no processo de industrialização. Essas pequenas oficinas, absorvem mão-de-obra assalariada imigrante, são geradoras até certo ponto, de uma tecnologia nacional, principalmente no que tange à máquinas de beneficiamento de café. Ao mesmo tempo, as manufaturas assim desenvolvidas, constituem-se em um desdobramento do grande capital e a ele se submetem, sendo inclusive as relações de trabalho nelas desenvolvidas, relações essencialmente capitalistas.

Não cabe no âmbito deste trabalho, um estudo das pequenas indústrias domésticas e artesanais, porém, quero deixar claro a necessidade de se retomar o desenvolvimento industrial paulista e a forma como ele ocorre pois, tudo indica que ele não se faz única e exclusivamente através da grande indústria produtora de bens de consumo. As pequenas unidades produtoras não constam de nenhum levantamento estatístico feito no período, mas mesmo assim, não pode ser minimizado o seu papel para o entendimento da forma como se dá o desenvolvimento industrial do período em questão, sobretudo do interior do Estado e das zonas pioneiras de avanço do café. Essas pequenas unidades produtoras gravitam em torno da atividade nuclear representada pela agricultura cafeeira. São geradoras de bens de consumo e de bens de produção (sacarias, massas alimentícias, máquinas e implementos agrícolas para o café, etc.), porém não são representativas da grande indústria mecanizada, mas mesmo assim, fazem parte de um contexto maior representando outra face do processo de industrialização.

Com isso, não se quer procurar encontrar aqui a clássica passagem da manufatura à grande indústria, exposta por Marx em "O Capital", mas inserir a manufatura no contexto do desenvolvimento industrial do Estado, juntamente com a grande indústria.

Assim sendo, o desenvolvimento industrial paulista assume características próprias, geradas pelas próprias contradições do sistema capitalista dentro do qual se acha inserido. São faces de um mesmo processo que assume características peculiares em função das causas e do momento em que são gerados.

### 3. ORIGENS DA INDÚSTRIA

O desenvolvimento industrial paulista até 1.880 mostra-se muito reduzido, "havendo apenas o predomínio de pequenas empresas produtoras de máquinas e implementos agrícolas para a lavoura cafeeira, algumas fábricas de calçados e de chapéus, alimentos, bebidas e ainda incipiente à indústria têxtil. Caracterizam-se sobretudo pelo alto emprego de mão-de-obra e baixo

emprego de capital, sendo largamente utilizada matéria prima local. Essas empresas, conseguem sobreviver graças às condições favoráveis de competição com os produtos similares importados" (Cano, 1977, p. 141).

Muitas dessas empresas não constam do primeiro censo industrial de 1907, o que demonstra o seu caráter precário e frágil.

A partir da década de 80, nota-se o aumento e a diversificação do parque industrial paulista, inclusive a intensificação do processo de acumulação de capital via cafeicultura e sua conseqüente aplicação em atividades urbanas. Dá-se a aplicação de capital cafeeiro na instalação da grande indústria no Estado, sobretudo na capital.

Desta forma, a capital do Estado torna-se "o principal centro industrial, seguido de Sorocaba, com importantes tecelagens de algodão; Piracicaba, com tecelagens e engenhos de açúcar; Salto de Itu com fábricas de tecidos, de papel, etc., Jundiaí, Itu, São Roque, Mogi das Cruzes, Campinas, São Bernardo e outras cidades, com muitas manufaturas e milhares de operários" (Piccarolo, 1918, p. 58).

O estudo efetuado por Bandeira Jr. (1901), arrola os estabelecimentos industriais representativos da grande indústria, e que se desenvolvem na capital e no interior do Estado, sobretudo após 1880. Entre eles, Bandeira Jr. (1901, págs. XVII a XXV) cita: "águas minerais, vinho, cervejarias, vinagre de uva e de frutas, xaropes, licores, indústrias alimentícias (charque, massas alimentícias, farinhas de mandioca, de banana, de inhame, biscoitos, produtos de confeitaria) vidrarias, artigos em mármore, cerâmicas, cimento, indústrias de couro (calçados, cortumes, correias para máquinas, sellins), chapéus, fábricas de móveis, mecânica, fundição, serralheria, ferraria, fábricas de sabão, de velas, de cola, de graxa, fábricas de papel, de caixas de papelão, fábricas de pólvora, de fósforos, de produtos químicos e farmacêuticos, indústrias têxteis (juta, cânhamo, seda, sacarias)".

Entre as grandes indústrias mecânicas (Bandeira Jr., 1901, p. XXII), destaca: "Companhia Mechanica Importadora, a Companhia Mac-Hardy, a Lidgerwood & Cia., a Arens & Comp., a Craig & Martins e Fundição do Braz, que podem executar todo e qualquer trabalho por mais complicado, importante ou difícil que ele seja".

Essas grandes indústrias mecânicas, dedicam-se sobretudo, à fundição e oficina mecânica, incluindo as partes de serraria, ferraria e a fundição. Todas são fundadas entre 1890 e 1900. Dentre elas, a Companhia Mac-Hardy e a Lidgerwood e Comp. produzem na época uma série de máquinas destinadas ao beneficiamento do café, como por exemplo, ventiladores, catadores, descascadores, separadores e brunidores.

Inúmeros são os obstáculos encontrados por essas indústrias, nos seus primeiros anos. Entre outros, podemos citar a concorrência com os produtos similares importados, as oscilações do mercado do café que refletem sobremaneira na manutenção das indústrias e a falta de uma política econômica voltada para a industrialização.

No entanto, apesar dos obstáculos, o parque industrial paulista cresce e se fortalece, vindo "a partir de 1920 a suplantará a área do Rio de Janeiro e da capital federal como o centro industrial mais importante do Brasil" (Dean, 1971, p. 20).

Paralela à grande indústria, destaca-se um número incontável de pequenas oficinas e pequenas indústrias artesanais, sobretudo espalhada pelo interior do Estado. "É incalculável o número de tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê... É incalculável o número de pequenas marcenarias, nas quais as vezes trabalha um só homem e de fábrica de bebidas e de massas vulgarmente conhecidas por Macarrão" (Bandeira Jr., 1901, p. XI).

Essas pequenas manufaturas assim dispersas, principalmente pelo interior do Estado, vem suprir o mercado de bens de consumo e também de bens de produção, junto às populações que se concentram sobretudo nas zonas cafeeiras. São geralmente fundadas por imigrantes italianos, tidos como artistas e hábeis artesãos.

Desta forma, a partir de 1880 o desenvolvimento industrial paulista se intensifica, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento da grande indústria, como no desenvolvimento da pequena indústria artesanal. Mas, os estudos até então realizados, dão ênfase especial a apenas uma dessas vertentes ou seja, a grande indústria e é por esse caminho que vamos trilhar para reconstituir o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo.

### 3.1. OS MECANISMOS DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL E A CONCENTRAÇÃO EM SÃO PAULO.

Pretende-se aqui analisar a forma como se dá o crescimento e a consequente concentração em São Paulo, entre os anos de 1880 a 1930 e para tal, toma-se, como base, a periodização adotada por Cano (1977).

O objetivo dessa análise recai na tentativa de responder inúmeras indagações sobre quem promove o desenvolvimento industrial do Estado. Também procura-se identificar quais os agentes da industrialização e as condições favoráveis para a implantação desse processo e em quais momentos esses fatores se mostram com maior ou menor intensidade.

Deste modo, o período compreendido entre os anos de 1880 a 1930 é dividido em várias etapas para facilitar a análise em questão.

#### A — 1880 a 1886

Este período é marcado "pelas baixas inversões industriais, provocadas pela crise que atinge a cafeicultura entre os anos de 1883-1885, bem como

pela redução dos direitos de importação determinada pelo Decreto 8.360 de 31/12/1881" (Cano, 1977, p. 143).

O objetivo desse decreto, segundo Luz (1978, p. 58), "foi reduzir os direitos sobre as matérias-primas com o objetivo de desenvolver e contribuir para a prosperidade da indústria nacional, mas por outro lado, diminuiu também os direitos sobre artigos similares aos fabricados no país, o que irritou consideravelmente os industriais".

Deste modo, as baixas inversões industriais são neste momento, decorrentes da falta de uma política de proteção à incipiente indústria nacional, aliada à instabilidade das tarifas aduaneiras, o que se transforma em desestímulo para as inversões de capital cafeeiro em capital industrial.

Os primeiros investimentos nesse período são representados pela "Cia. Melhoramentos de São Paulo (1883), uma usina de açúcar (1882) e uma fábrica têxtil (1886), todas fundadas por grandes cafeicultores" (Cano, 1977, p. 143).

Em 1885, por ocasião de um inquérito parlamentar sobre direitos alfandegários, há no Estado de São Paulo, segundo Dean (1971, p. 19), "treze fiações de algodão e uma fiação de lã, pelo menos quatro fundições, uma fábrica de fósforos e um número desconhecido de serrarias".

#### B — 1887 a 1890

A partir de 1886, dá-se a expansão do plantio do café, em resposta a estímulos externos gerados pela elevação de preços do referido produto, no mercado consumidor, dando deste modo à cafeicultura uma elevação de sua capacidade produtiva:

TABELA 1  
EXPANSÃO CAFEIEIRA

Período	Sacas
1.886 — 1.890	19.961.427
1.891 — 1.895	30.091.646
1.896 — 1.900	44.399.329
<b>TOTAL</b>	<b>94.452.402</b>

FONTE: TAUNAY, Affonso de E. — 1941 — História do Café no Brasil — Rio de Janeiro, Ed. do Depto. Nacional do Café, p. 19.

Nesta fase "as condições de acumulação foram extremamente favoráveis a começar pela ampla disponibilidade de terras produzida pela extensão das estradas de ferro. Do mesmo modo o complexo exportador cafeeiro contou com uma oferta de força de trabalho super-abundante gerada por maciça imigração, que permitiu atender, com folga, as necessidades de mão-de-obra tanto no núcleo produtivo, quanto de seu segmento urbano" (Melo, 1975, p. 132).

TABELA 2  
EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO

Anos	Região Cafeeira:	
	(Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo) km	
1.884	3.830,1	
1.889	5.590,3	
1.894	7.676,6	

— Centro Industrial do Brasil, Le Brésil, ses Richesses naturelles, ses industries, Paris, 1.909, vol. II, pp. 40-43.

FONTE: SILVA, Sérgio, *ibid.* op. cit., p. 58

TABELA 3  
ESTATÍSTICA DOS IMIGRANTES ENTRADOS EM SÃO PAULO  
ENTRE 1.880 A 1.900

Anos	Nacionalidades		
	Italiano	Espanhol	Português
1.880	97	21	—
1.881	—	—	—
1.882	1.866	223	547
1.883	3.155	317	1.300
1.884	2.169	134	2.280
1.885	4.176	137	1.995
1.886	6.094	178	2.718
1.887	27.323	218	2.704
1.888	80.749	1.465	7.757
1.889	19.025	2.845	3.312
1.890	20.991	4.875	5.561
1.891	84.486	9.284	5.552
1.892	34.274	3.166	3.551
1.893	48.739	19.122	11.412
1.894	22.420	5.869	4.676
1.895	84.722	13.989	14.185
1.896	49.846	14.965	5.713
1.897	52.880	9.943	3.751
1.898	20.389	3.439	2.470
1.899	11.496	2.342	2.140
1.900	7.460	2.055	251

FONTE: A Imigração e as Condições do Trabalho em São Paulo-SP — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Departamento Estadual do Trabalho, 1.915 — p. 08 e 09.

Registra-se também, “um aumento da lucratividade industrial em decorrência das alterações tarifárias ocorridas entre 1887 e 1888, devido em grande parte aos problemas do déficit público. Esta proteção eleva os direitos sobre matérias-primas, e produtos finais já produzidos no país e reduz os direitos sobre matérias-primas não produzidas no país, o que vem proporcionar um aumento da lucratividade industrial” (Cano, 1977, p. 143).

Diante dessa conjuntura favorável, os investimentos industriais são altos. Entre eles destaca-se a criação de uma fábrica de açúcar, uma de sacarias de juta e mais a Cervejaria Antártica.

De acordo com um relatório oficial datado de 1895 e que inclui apenas o capital do Estado de São Paulo citado por Dean (1971, p. 19), “havia nesse período 121 firmas, que se utilizavam de energia mecânica. Delas, apenas 52 eram realmente firmas industriais. Onze empregavam mais de cem operários: três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias. As restantes podem ser classificadas entre as pequenas indústrias artesanais que se desenvolvem intensamente nesse momento”.

Reproduzem-se neste período as condições que evidenciam a relação café-indústria, pois, no momento de expansão do plantio os lucros obtidos com a comercialização do café são canalizados para investimentos nos setores urbanos, no caso, em criação de novas indústrias. Os agentes do processo de industrialização se personificam através dos grandes plantadores de café.

### C — 1890 a 1894

Em termos gerais, ocorrem aqui inúmeras transformações econômicas, tais como a reforma bancária, que concede aos bancos particulares, o poder de emissão, gerando um grande aumento do meio circulante que vai culminar com o Encilhamento, “um período de intensa especulação monetária, e a proliferação de empresas comerciais, industriais, bancos, estradas de ferro, etc., muitas delas sem qualquer viabilidade econômica” (Cano, 1977, p. 73).

O Encilhamento, apesar de ter levado a uma expansão monetária aliada à desvalorização cambial, “possibilita altas margens de lucros aos investidores industriais, pois, estes ao importar bens de capital a preços baixos, passam a operar a um nível interno de preços mais elevados determinados pelo desnível cambial, sobrevento margens altas de lucros” (Cano, 1977, p. 145).

Desta forma, “o capital cafeeiro conta com excelentes condições para ativar seu processo de acumulação diversificada: amplo crédito, lucros elevados, preços do café internos superiores à desvalorização cambial, contando ainda com elevação menor do custo de sua mão-de-obra. Nessa situação, francamente positiva, teria que ser alta a inversão em indústrias ainda mais quando se recorda que as condições de lucratividade industrial também atingem níveis maiores nesse período” (Cano, 1977, p. 147).

Esses anos (1890 a 1894), são marcados pelo protecionismo tarifário, aumentando ainda mais as condições para a reversão do capital cafeeiro em capital industrial, aliado ao aumento dos preços do café, tanto externa como internamente. É também um período onde ocorre o aumento da demanda de bens de produção para a indústria, assim como o aumento das importações de alimentos e de outros bens necessários à subsistência.

Nota-se, portanto, nesse período, duas tendências: primeiro, o aumento da demanda de bens de produção para a indústria e segundo, o aumento das importações de alimentos geradas pelo aumento do consumo interno.

Os grandes investimentos industriais nesse período recaem sobre as indústrias têxteis e sobre as indústrias mecânicas produtoras de máquinas e instrumentos para a lavoura. Entre elas as Companhias Mac-Hardy (1891), a Grande Fundação do Braz (1892) e a Grande Oficina Mecânica Arens (1890). Grande parte desses investimentos são realizados por grandes fazendeiros de café.

#### D — 1895 a 1897

Favorecidas pelo alto preço e também pelas facilidades de crédito, as plantações de café se expandem, consideravelmente, por todo o Estado. No entanto, sobrevem a partir de 1895 a superprodução e conseqüentemente a queda dos preços. A crise da cafeicultura agrava ainda mais a crise financeira que já é no momento, eminente. Ao mesmo tempo, dá-se o cancelamento do privilégio de emissão de papel moeda concedido aos bancos particulares no período anterior. Esse, passa a ser monopólio estatal.

Ocorre também nesse período, o aumento das importações de alimentos em decorrência do aumento da entrada de imigrantes, em 1895 (vide tabela 3), comprimindo, portanto, a capacidade para importar.

Apesar da crise eminente nesse período, as inversões industriais ainda são significativas. É fundada a fábrica de tecidos Crespi, com recursos advindos da cafeicultura, a vidraria Santa Marina, fundada em 1897 pelo Conselheiro, Antonio da Silva Prado e a fábrica de Cimento Rodovalho (Cano, 1977).

Também nesse período, Bandeira Jr. (1901) destaca a fundação de uma fábrica de tecidos de seda em 1895, uma fábrica a vapor de massas alimentícias em 1896, uma fábrica de produtos químicos e farmacêuticos em 1895 e mais a fundação em 1895 da Fundação de Ferro e Bronze Craig & Martins.

#### E — 1898 a 1901

Marca esse período a queda significativa dos preços externos do café. É também um período marcado pela queda dos salários na lavoura cafeeira dada a oferta abundante de mão-de-obra. A queda dos salários reflete principalmente, no setor de consumo de bens industrializados, afetando o próprio funcionamento da indústria.

Em 1900 ocorre a restrita política monetária, “o que de certa forma agrava a competição entre as empresas industriais, provocando a quebra das mais frágeis. A produção tarifária, que diminui em 1898, ressurge em 1899, quando é instituída a quota ouro de 10% sobre os impostos de importação, chegando a 25% em 1901, com o que se compensava, parcialmente, os efeitos negativos da valorização cambial que ocorre no período” (Cano, 1977, p. 149).

A proteção à indústria nesse momento, vem agir mais como fator de sobrevivência do que como estímulo à produção industrial.

Diante da crise da cafeicultura, ocorre a diminuição das inversões industriais.

Destaca-se nesse período, segundo Bandeira Jr. (1901), a fundação de duas fábricas de massas alimentícias, uma em 1898 e a outra em 1900 e mais o Moinho Matarazzo.

Nesses anos, segundo Cano (1977, p. 150) “os investimentos industriais aplicados diretamente por fazendeiros de café foram mínimos, situando-se em pouco menos de 20% do total investido”.

#### F — 1902 a 1906

A partir de 1904, ocorre a recuperação dos preços do café, como resposta à política de valorização adotada pela burguesia cafeeira, em 1906, através do Convênio de Taubaté. Deste modo, são definidas uma série de medidas em defesa do café.

Entre os principais itens desse convênio, Furtado (1972, p. 179), cita: “a compra dos excedentes de produção pelo governo a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura do café; o financiamento dessas compras por empréstimos estrangeiros; o pagamento do serviço desses empréstimos através de um novo imposto cobrado em ouro, sobre cada saca de café exportada; e a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações”.

Essas medidas são adotadas de imediato pelo governo do Estado de São Paulo, o que vem mostrar a força política e econômica da burguesia cafeeira, que passa dessa maneira, segundo Silva (1976, p. 67), “a impor diretamente ao conjunto do país a política que ela havia definido em Taubaté. A grande burguesia cafeeira mostrava assim ao governo central e ao conjunto das classes dirigentes, a sua rigidez quando se tratava de seus interesses fundamentais. Nesses casos, o governo central deveria segui-la. Ela afirmava assim, muito claramente, o seu papel hegemônico no seio das classes dominantes”.

A valorização possibilita a continuidade da cafeicultura ao mesmo tempo em que dá prosseguimento à acumulação capitalista.

Ocorre nesse processo de desenvolvimento para Silva (1976, p. 68), “a maior participação do capital estrangeiro pois, a partir da valorização, a realização da mais valia torna-se praticamente impossível sem o financiamento dos bancos estrangeiros. É nessa época que o capital estrangeiro torna-se dominante ao nível da comercialização do café e as filiais dos bancos estrangeiros desenvolvem-se mais rapidamente. Também, ao lado do capital estrangeiro, desenvolvem-se os bancos e casas de exportação, pertencentes à burguesia do café”.

Em relação à indústria, aumenta o protecionismo, talvez com o reflexo da proteção dada à agricultura a fim de amparar os investimentos. A produção industrial se concentra mais sobre “as indústrias têxteis que crescem 24%”... (Cano, 1977, p. 152).

TABELA 4  
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS NO ESTADO  
DE SÃO PAULO ENTRE 1.880 A 1.907

Período de fundação	Estabelecimentos:
1.880 a 1.886	28
1.887 a 1.889	09
1.890 a 1.894	21
1.895a 1.897	11
1.898 a 1.901	13
Até 1.901, sem data	07
1.903 a 1.907	06
Até 1.907, sem data	231
Total	326

— (Estabelecimentos): (1) — Censo Industrial de 1.907; (Datas de Fundação): (2) A. F. Bandeira Jr. — A Indústria no Estado de São Paulo; (3) Piccarolo e L. Finochi — O Desenvolvimento Industrial de São Paulo; (4) Frederich H. Sawyer — Estudo sobre a Indústria Açucareira do Estado de São Paulo; (5) Heitor F. Lima — Evolução Industrial de São Paulo.

FONTE: CANO, Wilson *ibid.* op. cit., p. 142.

Essa tendência demonstra o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de consumo, como resposta à demanda advinda do aumento da população, tanto no Estado como no Município de São Paulo, em decorrência da imigração estrangeira. Quando “se inicia o século XX, o total de estrangeiros no Estado de São Paulo, chega perto de 1 milhão, número esse acrescido à população total” (Simonsen, 1973, p. 212):

TABELA 5  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO — 1.886-1.920  
CRESCIMENTO POPULACIONAL E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

Anos/ períodos	População total (a)	População estrangeira (b)	Acrcsc. de população	Taxa geom. de cresc. anual %
1.886	47.697			
1.890	64.934			
1.900	239.820			
1.920	579.033	205.245		
1.886-1.890			17.237	8,0
1.886-1.900			192.123	12,2
1.890-1.900			174.886	14,0
1.900-1.920			339.213	4,5

(a) SINGER, Paul — Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Nacional/EDUSP, 1.968, p. 58 (dados dos censos de 1.890, 1.900, 1.920 e ARAÚJO F., J. R. de — “A população paulistana”. A Cidade de São Paulo, vol. II).

(b) CAMARGO, J. F. de — Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1.952, vol. 3 (ver nota a da Tabela III).

FONTE: SPINDEL, Cheywa R. — Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeteira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.980, p. 138.

G — 1907 a 1913

Quanto ao plantio do café, este permanece muito reduzido, com exceção, segundo Cano (1977, p. 150), “dos anos de 1911 a 1913, quando se plantam perto de 100 milhões de novos cafeeiros”.

O ano de 1907, marca o levantamento estatístico industrial, realizado pelo Central Industrial do Brasil, única fonte disponível para a análise do desenvolvimento industrial desse período. Esse levantamento arrola cerca de 326 empresas no ano de 1907, para o Estado de São Paulo. Estas, em sua quase totalidade são representativas da grande indústria produtora de bens de consumo (têxtil, de calçados, vestuários, etc.).

Porém, Spindel (1980, p. 145), observá que “é expressivo o aumento do número de pequenas empresas a partir de 1907, ou seja, no total das indústrias do Estado, a participação das empresas com até 4 operários, é de 27,3% e as com 5 a 19 operários é de 24,2%, o que leva a concluir que no ano de 1907, as empresas com menos de 20 operários representavam 51,5% do total das indústrias existentes”.

Este é um dado que não pode ser desprezado pois vem mais uma vez confirmar a existência dentro do processo de industrialização do Estado de São Paulo, não só da grande indústria. O desenvolvimento industrial também se faz via pequena indústria que de certo modo se vê subjugada ao avanço do capitalismo na região do café. Estas pequenas indústrias representam até certo ponto, uma faceta do avanço do capitalismo no momento.

“As pequenas empresas — capitalistas ou não — devem ter desempenhado seu papel fundamental no processo de acumulação, na medida em que, durante um certo período, podem ter suprido segmentos do mercado de consumo, ainda não atingidos pela penetração do capital” (Spindel, 1981, p. 148).

Certamente, afirma Spindel (1981, p. 147), “um dos fatores que favorecem a esse aumento no número de empresas menores foi o desenvolvimento da própria indústria de energia, o que deve ter resultado em expansão do mercado e diminuição nos custos de implantação e de operação das empresas industriais. É bem verdade que a ampliação na oferta de energia responde a pressões das grandes empresas já instaladas, mas, de qualquer forma, vai representar uma vantagem para as pequenas e médias empresas, que muito dificilmente poderiam arcar com o investimento inicial e os custos operacionais para geração de energia própria”.

Esse período marca também, uma aceleração a partir de 1907, dos investimentos industriais, o que acarreta um aumento da produção da capacidade produtiva, da indústria, sobretudo, a indústria têxtil, com a produção de tecidos de algodão, que cresce significativamente, a partir de 1905 “quando duplicam os fusos, duplicam os teares, a potência instalada e o número de operários” Cano (1977, p. 152).

TABELA 6  
ESTADO DE SÃO PAULO, 1905-1910 E 1910-1915  
TAXAS DE CRESCIMENTO NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE ALGODÃO

	Taxa de crescimento	
	1905-1910	1910-1915
Número de estabelecimentos	33	70
Número de empregados	112	34
Produção (em metros)	106	60,3

— Dados do Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Julho/1912 e ago./set./1918.  
FONTE: SPINDEL, Cheywa, R. Ibid. op. cit., p. 147

No entanto, o ano de 1913, marca o início de uma nova crise em decorrência da guerra que se mostra eminente. Isto vem afetar profundamente os investimentos em indústrias, mantendo-os a níveis muitos baixos. O impacto da crise vem afetar toda a estrutura industrial paulista.

#### H — 1914 a 1920

Essa fase se caracteriza por estagnação no mercado exportador de café. “As exportações declinam nos anos de 1914, 1917 e 1918 e sofrem aumentos nos anos de 1915, 1916 e 1919” Cano (1977, p. 170).

O período de guerra (14-18), caracteriza-se também, por uma forte elevação do papel moeda em circulação e uma desvalorização cambial. “Com o término da guerra, ocorre um aumento dos preços externos do café, ampliando dessa forma a capacidade para importar, vindo portanto, criar condicionantes positivos para a inversão industrial (Cano, p. 154).

É muito discutido o desenvolvimento industrial durante o período da 1.ª Guerra. Muitos autores afirmam o decréscimo da rentabilidade industrial nesse período. Outros, como por exemplo, Cano (1977), afirma que houve até certo ponto, um acréscimo da produção industrial, principalmente a da indústria têxtil, que mesmo durante o período da guerra é significativa.

Essa expansão é decorrente do aumento das plantações de algodão, no período em questão. Esse aumento é explicado através das dificuldades impostas pela importação de matérias-primas, criando a partir dessa barreira gerada pela guerra, condições internas de produção do algodão. As cifras apontadas por Cano (1977, p. 160) dão conta de que “o país passa de 53.700 toneladas em 1917 para 76.500 toneladas em 1918 e para 90.400 toneladas em 1919, ampliando assim, a oferta de algodão, num momento em que as exportações estavam restritas”.

O aumento da lavoura algodoeira, ocorre em função da crise pela qual passa a agricultura nesse período, crise essa agravada ainda mais com a geada de 1918 que queima grande parte dos cafezais

TABELA 7  
INDÚSTRIA TÊXTIL ALGODOEIRA DE SÃO PAULO - (1914 A 1920)

Anos:	Estabelecimentos	Capital: (100 contos)	Operários: (1.000)	Potência (1.000 HP)	Teares: (1.000)	Fusos: (1.000)	Prod. de tecidos	
							(Milhões de metros)	(1.000 contos)
1914	—	—	—	—	—	—	70,2	34,7
1915	41	81,5	18,0	20,3	12,0	338,3	121,6	59,0
1916	44	88,4	21,2	23,1	13,9	412,1	134,7	97,8
1917	46	95,5	22,8	23,1	14,5	429,4	160,3	183,8
1918	—	—	—	—	—	—	147,1	161,5
1919	—	—	—	—	—	—	175,3	296,1
1920	54	106,2	27,0	30,0	16,1	524,0	186,5	—

— Boletim da Diretoria de Ind. e Comércio, São Paulo (vários anos); Boletim do Depto. Estadual de Estatística, São Paulo, fev. e mar. de 1939; Paulo Rangel Pestana — A riqueza paulista. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920; A expansão econômica de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1922; Boletim da Diretoria de Ind. e Comércio. São Paulo (vários anos); Wilson Suzigan — A Industrialização de São Paulo. In *Revista Brasileira de Economia*, abr./jun. de 1971. Rio de Janeiro.

FONTE: CANO, Wilson Ibid op. cit., p. 292.

Outros setores atingidos também pela crise provocada pela guerra, são os setores da construção civil e também da metalurgia, em decorrência da queda das importações de bens de capital, ferro, aço e cimento. Este fato, serve em parte para responder às primeiras iniciativas para a instalação da indústria siderúrgica no país.

Ocorre também, no período em questão, o aumento das exportações paulistas para o resto do país, tanto no que diz respeito aos produtos manufaturados como os produtos agrícolas. Em parte, essas exportações compensam a queda do café no mercado exportador. Diante disso, Cano (1977, p. 171), conclui que "houve uma expansão do mercado interno paulista, principalmente induzido pelas exportações a nível nacional".

Nesse período de guerra, aumenta conseqüentemente a pressão social, e em decorrência disto, não pode deixar de ser lembrado o aumento das reivindicações trabalhistas pela classe operária que passa através de inúmeras greves, inclusive a greve geral de 1917, a reivindicar a baixa do custo de vida, a proibição do trabalho aos domingos e o encurtamento da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

Após o término da guerra, a indústria paulista passa a enfrentar uma série de problemas, pois, dá-se o "crescimento do nível de renda interna decorrente da expansão cafeeira é absorvida por aumentos nas importações" (Cano, 1977, p. 175) gerando conseqüentemente um decréscimo da produtividade industrial.

#### I — 1921 a 1930

A base desse período é a notável expansão do capital cafeeiro. A produção média "cresce de 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e 1918-1919, para 18,2 milhões, entre 1924-1925 e 1928-1929, chegando aos espantosos 24,2 milhões entre 1929-1930" (Pelaez, 1972, p. 210).

Essa expansão é possível graças à existência de uma série de fatores, entre eles, a abundância de terras possibilitando a expansão da fronteira agrícola. Surgem novas zonas cafeeiras como por exemplo, a Noroeste e reativam-se as plantações das áreas decadentes, aumentando o número de pés de café plantados. Soma-se a esses fatores, a disponibilidade de mão-de-obra graças à intensificação da imigração estrangeira acrescida de fluxos de população que migram sobretudo do Norte e do Nordeste para as áreas cafeeiras.

Apesar de uma diminuição na entrada de imigrantes durante a 1.a Guerra, é significativo o seu número, durante os anos de 1921 a 1930, para a constituição do mercado de força de trabalho.

Quanto à migração nacional, "o êxodo de trabalhadores para a economia cafeeira ganha vulto, beirando os 212.000, entre 1921 e 1930, tendo entre 1925 e 1930 o registro de 156.000 entradas, impulsionada pelas secas avassaladoras que abalam, na década, a economia predominantemente de subsistência do Nordeste" (Aureliano, 1981, p. 18 e 19).

TABELA 8  
IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO - (1901-1930)

Período:	Imigrantes estrangeiros:
1901-1905	193.732
1906-1910	190.186
1911-1915	339.026
1916-1920	100.000
1921-1925	222.711
1926-1930	253.265

— Estatística de Imigração, Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em Oracy Nogueira. Desenvolvimento de São Paulo: Imigração Estrangeira e Nacional. CBPU, p. 28.

FONTE: AURELIANO, Liana Maria — No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 18.

Também os preços do café, tanto externa como internamente, mostram-se elevados. Internamente ocorre a elevação, em decorrência da superação da crise gerada pela 1.a Guerra e pela geadas de 18 e externamente, o aumento é motivado pelo incremento da demanda, em decorrência da prosperidade que atinge as economias importadoras na década de 20, sobretudo, a economia americana, que passa no momento por uma etapa de expansão, isto é, entre 1924 e 1929.

Não podemos deixar de fazer menção ao papel extremamente importante, desempenhado pela política econômica do Estado, através das medidas de valorização, representada pela intervenção no mercado cafeeiro a fim de retirar os excedentes de produção, para manter os preços a níveis compulsórios. A valorização ocorre "em 1921, quando os preços externos se reduzem brusca, e profundamente, quer devido à crise da economia norte-americana, que por causa da grande safra esperada, detendo a queda dos preços internacionais. Entre 1925 e 1929, tanto os preços internacionais quanto os internos mantêm-se num patamar elevado, sustentados que foram especialmente pela Política de Defesa Permanente. Diante disso, as condições de acumulação e realização do capital cafeeiro, foram extremamente elevados no período" (Aureliano, 1981, p. 22).

A "Política de Defesa Permanente" eleva de forma extraordinária os lucros da cafeicultura, aumentando sobremaneira a capacidade produtiva da mesma.

Em decorrência da prosperidade da lavoura cafeeira, a atividade industrial na década de 20 é marcada pelo aumento de produção, sobretudo das indústrias de bens de consumo, ao mesmo tempo em que, segundo Melo (1975, p. 184) "ocorre uma profunda modernização das mesmas e a diferenciação da estrutura industrial, com a pequena indústria do aço ganhando forças e com a indústria de cimento se implantando".

A concentração industrial dando-se através das indústrias de bens de consumo, é uma decorrência do processo de acumulação gerada pela cafeicultura, o centro dinamizador do capitalismo no Brasil.

Nesse período, as indústrias que mais se evidenciam são as indústrias têxteis (tecidos de algodão, de lã, de seda, de malha) indústrias de vestuários (chapéus, calçados) e a indústria alimentar (extração e refino de óleos vegetais, produção de conservas vegetais e animais).

TABELA 9  
PRODUÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO (1919 A 1930)  
MILHÕES DE METROS

Anos:	São Paulo:
1919	175,3
1920	186,5
1921	197,8
1922	217,3
1923	488,3
1924	230,8
1925	205,9
1926	238,7
1927	203,9
1928	191,1
1929	149,0
1930	135,3

Anuário Estatístico do Brasil, 1939-40

FONTE: CANO, Wilson — *ibid op. cit.*, p. 293.

Além da modernização das indústrias de bens de consumo, “o traço fundamental do desenvolvimento industrial da década de 1920 foi, entretanto, a diferenciação da estrutura industrial, com o surgimento do embrião do departamento de bens de produção” (Aureliano, 1981, p. 44).

Lembra também, Aureliano (1981, p. 45), que “as indústrias de bens de produção que surgem na década de 1920 como por exemplo, a pequena indústria do aço, a indústria do cimento, a fabricação de motores elétricos, de máquinas para a indústria do açúcar, de máquinas têxteis, etc. são ainda incipientes, limitadas, mas adquire importância crucial para o futuro na medida em que é condição fundamental para que, mais adiante, o capital industrial possa se reproduzir de modo relativamente independente do capital mercantil exportador”.

Em 1924, é implantada a Companhia Brasileira de Cimento Portland, organizada com capital norte-americano e canadense. E quanto à indústria do aço, é instalada em 1921, em Minas Gerais, a Companhia Belgo-Mineira e em São Paulo, a Usina Queiroz Jr., a Companhia Brasileira de Mineração e Altos Fornos e a Companhia Metalúrgica de Ribeirão Preto.

A implantação das indústrias de bens de produção só se efetiva através de uma política econômica que criasse condições favoráveis. Vários incentivos são criados, entre eles a “isenção de impostos de consumo, isenção do imposto de importação para máquinas e equipamentos para essas indústrias, tarifas (ferroviárias e marítimas) fortemente subsidiadas para o

transporte de matérias-primas e bens de capital. Ao mesmo tempo que dava tais incentivos, o governo criava algumas exigências, como a da utilização de matérias-primas nacionais desde que possíveis, a de que o emprego de mão-de-obra nacional nessas plantas fossem pelo menos de 50%, e ainda a obrigatoriedade da venda (30% no caso do cimento e garantia de compra, de 1/3, no caso do aço) de parte da produção do governo, aos preços externos mais a tarifa e demais despesas, o que significava, na realidade, antes reserva de mercado, que restrição. No caso do aço, um incentivo adicional beneficiou várias empresas: a concessão de empréstimos a longo prazo e a baixos juros” (Cano, 1977, p. 186 e 187).

Apesar dos incentivos dados, as iniciativas de implantação das indústrias de bens de produção ficam a cargo do capital estrangeiro, cabendo à iniciativa nacional pequenos empreendimentos.

No entanto, a aparente prosperidade tanto da agricultura como da indústria, sofre pesadamente com a eclosão da crise de 1929.

A crise de 29 que arrasta consigo a agricultura cafeeira e a indústria, não tem suas causas exclusivas na Grande Depressão da economia capitalista americana. Internamente “a expansão cafeeira desembocaria inexoravelmente numa crise de superacumulação de largas proporções, quando a capacidade produtiva na segunda metade da década começasse a entrar em operação, lançando no mercado safras gigantescas (entre 1928 e 1929) algumas safras superiores a 28 milhões de sacas” (Aureliano, 1981, p. 23).

Desta forma, somando o aumento da produção internacional do café, possível graças à participação da produção de outros países, mais a crise mundial decorrente da Grande Depressão de 29, mais as características específicas do nosso processo de acumulação, chegamos a entender que a crise da economia cafeeira de 1929, “se explica pelas próprias contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro, suavizadas e, simultaneamente, aprofundadas pela Política Econômica do Estado” (Melo, 1975, p. 184).

A “Política de Defesa Permanente”, ao elevar o lucro da cafeicultura, “gera uma expansão da capacidade produtiva, através de safras gigantescas. Ao mesmo tempo em que ao elevar os preços internacionais do café, acirra a concorrência minando desta forma a posição de quase-monopólio desfrutada até então pelo Brasil. Desta forma, a expansão da capacidade produtiva, vai chocar-se com a depressão da economia mundial em 29, antecipando e até certo ponto aprofundando uma crise, que de qualquer forma era eminente”. (Melo, 1977, pags. 184 e 185).

Mesmo que não ocorresse a crise mundial, Cano (1977, pg. 189), afirma que “difícilmente a economia cafeeira sairia ileso de sua própria e independente crise de superprodução, arrastando consigo, em certa medida, o seu subordinado parque industrial”.

A eclosão da crise cafeeira arrasta consigo, o setor industrial, mais especificamente, as indústrias de bens de consumo, através do desemprego que gera e também da queda dos salários. Atinge também, os setores

urbanos do complexo cafeeiro, com a queda das atividades comerciais e financeiras e também os transportes.

Em São Paulo, segundo Aureliano (1981, pg. 82), “o número de fábricas, bem como de operários, cai 20%, e os setores mais atingidos foram exatamente os produtores de bens de consumo assalariado, especialmente o têxtil”.

Concluindo essa trajetória de desenvolvimento da indústria paulista, de 1880 a 1930, podemos afirmar que até 30 seu desenvolvimento acha-se atrelado e subordinado ao capital cafeeiro. A partir de 33, após a superação da crise, tem início o que se convencionou chamar de “Industrialização Restringida”, que segundo Melo (1975, pg. 116), “assim a determina porque as bases técnicas e financeiras da acumulação ainda são insuficientes para que se implante, num golpe o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial”.

### 3.3. Alguns Aspectos da Concentração Industrial no período de 1880 a 1930.

De modo geral, o desenvolvimento industrial até 1920, faz-se através das indústrias de bens de consumo notando-se uma defasagem de desenvolvimento em relação às indústrias de bens de produção. É pequena a parcela de indústrias que exigem maior complexidade tecnológica, sobretudo as produtoras de bens de produção.

No entanto, a análise do desenvolvimento industrial no período de 1880 a 1930, torna-se bastante difícil dado a extrema escassez de dados e informações sobre a forma como a indústria, assim como as mudanças que se operam na sua estrutura.

Além da inexistência de dados, outros obstáculos dificultam a compreensão do processo de industrialização. Estes são citados por Cano (1977, pgs. 195, 196): “o desenvolvimento industrial até o início do século XX, não pode ser comparado com os processos clássicos de industrialização; os principais estudos sobre o tema da concentração industrial, tomam em conta observações de países de capitalismo avançado ou maduro, não levando em consideração as especificidades do momento histórico e também, a tendência de relacionar o processo de desenvolvimento industrial às teorias cepalinas”.

Esta última largamente criticada e já relegada, sobretudo por João Manuel Cardoso de Melo (1975), como forma de encontrar explicações plausíveis para o nosso desenvolvimento.

Diante dessas considerações, a industrialização no período compreendido entre os anos de 1890 a 1930, deve ser vista nas suas especificidades, sem buscar modelos ou fórmulas que a explique adequadamente. Dentre os aspectos mais importantes do processo de concentração industrial nesse

TABELA 10  
ESTRUTURA E EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ENTRE 1907 E 1919

Regiões	Participação regional (%)						Part. setorial (%)			Crescimento nominal da produção: 1907 = 100	
	Ind. "A"		Ind. "B"		Total		Ind. "A"/Total				
	1907	1919	1907	1919	1907	1919	1907	1919	Ind. "B"		Total
São Paulo	18,9	42,7	15,5	30,1	15,9	31,5	18,5	15,0	695	890	854
Guanabara	35,2	26,1	29,2	20,2	30,2	20,8	18,8	13,9	220	315	298
Demais Estados	46,8	27,2	55,3	49,7	53,9	47,7	13,9	7,3	200	411	382
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	16,1	11,1	298	457	432

Censos Industriais de 1907, de 1920 e de 1950 (dados retrospectivos de 1920).

(1) "A" compreende as seguintes indústrias: minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, mat. de transporte, papel, borracha, química e farmacêutica; "B" compreende os demais ramos.

(2) Compatibilizei o censo de 1907 com o de 1919, incluindo neste último a produção açucareira.

(3) Censo de 1920 "ajustado" com a produção açucareira.

FONTE: CANO, Wilson — *ibid.*, po. cit., p. 192.

período podemos destacar: o problema da concentração industrial a nível de empresas e o processo de concentração regional no Estado de São Paulo.

### 3.2.1. Concentração a nível de Empresa.

Em relação à forma de concentração a nível de empresa, a tendência geral é de considerar o desenvolvimento industrial efetivando-se através da grande indústria produtora de bens de consumo.

Porém, dois são os fatores que devem ser considerados, quando se tenta explicar o processo de concentração industrial a nível de empresas: "a inexistência de um mercado nacional integrado e os problemas decorrentes da seletiva rigidez tecnológica" (Cano, 1977, pg. 197).

O problema da inexistência de um mercado nacional integrado, explica-se pela competição entre: produtos nacionais das diversas regiões e mais a competição com produtos importados. Aliado a esses fatores, deve ser lembrada as dificuldades de transporte e as grandes distâncias marítimas entre as diferentes regiões brasileiras, que encarece os custos de transportes de mercadorias nacionais, dificultando, desta forma, a integração dos diferentes mercados regionais.

Ao mesmo tempo, esse fato não impede a entrada de produtos estrangeiros, muitas vezes a preço inferior ao nacional (Cano, 1977).

Quanto aos núcleos mais interiorizados o problema torna-se mais grave, em decorrência da falta e da agilização de meios de comunicação. Este fato possibilita a implantação de indústrias que vêm suprir as necessidades locais de consumo, desenvolvendo portanto, uma forma de mercado regional muito comum nesse período (1880-1930) pelo interior do Brasil e do Estado de São Paulo.

A coexistência, no início do século, de grandes indústrias com pequenas unidades produtoras, não implica em problema de concorrência em termos de mercado. Este fato é confirmado por Cano (1977, p. 210): "A convivência de um grande número de empresas pequenas e médias na mesma produção similar dá a ilusão de que possivelmente esse grupo de empresas é muito competitivo, quando na realidade ele está subdividido em agrupamentos menores, espalhados em mercados mais irrestritos do que o mercado estadual".

Desta feita volta-se a enfatizar a característica dessas pequenas indústrias ou seja, a de servir como fornecedoras de mercadorias locais.

A interiorização impede a conquista de mercados distantes, o que se constitui numa barreira para a ampliação dessas indústrias. Portanto, vemos o processo de desenvolvimento industrial no período em questão, caracterizado por médias e grandes empresas, localizadas sobretudo nas áreas de fácil acesso e comercialização e de pequenas empresas, situadas em regiões distantes, atendendo à demanda local de bens. Nesse ponto, destaca-se a proposta levantada por este trabalho, ou seja de se considerar também no processo de desenvolvimento industrial paulista, não só a

grande indústria, mas a pequena indústria como uma parcela ativa desse processo.

Quanto ao problema de rigidez ou flexibilidade ditado pela tecnologia, várias são as limitações.

"Para alguns segmentos industriais, como por exemplo, o do vidro, cimento, papel, siderurgia, e têxtil, o problema técnico parece ter sido bastante rígido, não só quanto às técnicas de produção propriamente ditas, mas também em termos de exigências de mecanização e de tamanhos de fábricas" Cano (1977, pag. 201).

Entre as limitações, o tamanho da planta é determinado pelo tipo de produto a ser produzido. Por exemplo, a indústria têxtil exige geralmente grandes plantas fabris, dado a característica de seu tipo de produção integrada, conjugando fiação e tecelagem.

Outra limitação diz respeito ao problema do emprego da energia seja térmica ou hidrelétrica.

A energia hidrelétrica "para ter níveis de custos satisfatórios, requer escalas mínimas de produção e o ônus mais pesado reside no alto investimento requerido, operando apenas a custos fixos (as variáveis são bastante reduzidas). A técnica, a despeito de permitir a instalação de usinas de tamanhos pequeno, médio e grande, tendo ainda menores cargas de inversão, opera a custos mais altos, tanto fixos como variáveis, resultando assim, numa produção de energia a custos altos" (Cano, 1977, pag. 203).

Outra alternativa adotada por pequenas e médias empresas, recai sobre a instalação de pequenas usinas. No entanto, essas passam a operar a custos altos, resultando em gastos elevados no que diz respeito à produção de energia.

A consequência imediata desta alternativa está na elevação dos custos de produção.

Levando em conta, o problema tecnológico e energético, Cano (1977, pags. 206 e 207):

"classifica os principais segmentos industriais de São Paulo em 1907, em 3 grupos principais: simples, complexos e intermediários. Os segmentos simples são aqueles com precário uso de máquinas e de energia elétrica. Dele fazem parte serrarias e móveis de madeira, pequenas oficinas mecânicas de reparação, olarias, artefatos de couro (exclusive calçados), confecções e malharia, massas alimentícias, moagem de cereais (exclusive de trigo) panificação, biscoitos e refrigerantes (exclusive cerveja), perfumaria, sabões e velas produtos químicos simples e farmacêuticos, etc. O grupo "intermediário" caracteriza-se por uma pequena flexibilidade tecnológica e pequeno uso de energia elétrica e, na maior parte dos casos, com reduzida maquinização. Compreendendo fundamentalmente empresas de médio porte, permite entretanto, a coexistência de um apreciável número de pequenas empresas. Da mesma

forma que o grupo anterior, as economias de escala (para todos os segmentos) seriam relativamente pequenas e a modesta extensão do mercado para alguns deles (como por exemplo para a incipiente indústria de bens de capital e de material de transporte) constituem um impedimento de fato (mas não absoluto) à entrada de grandes empresas. Esse conjunto compreende, entre outros: calçados, curtumes, chapéus, charque, cigarros, material de transporte, oficinas construtoras de bens de capital, etc. E as indústrias "complexas" eram aquelas mais sujeitas a economias de escala, a uma mecanização mais intensa (em quase todos os casos) e a um uso maior de energia elétrica (com exclusão do vidro, que dada a peculiaridade desta indústria, utilizava basicamente combustível, na forma de gás). Dados esses requisitos técnicos e o montante necessário de inversão, essas indústrias praticamente eram fechadas à entrada de pequenas empresas e raras a de médio porte. Compreendia basicamente fiação e tecelagem, papel, cimento, siderurgia, vidro, construção naval, moinhos de trigo, fósforos, usinas de açúcar e outras".

Para vários estudiosos do nosso processo de desenvolvimento industrial não ocorre a clássica passagem das atividades manufatureiras ou artesanais, para a produção mecanizada. Realmente, este ponto é pacífico de discussão. O Brasil não segue o modelo europeu de desenvolvimento industrial, pois, quando começamos a passar pelo processo de industrialização, o capitalismo já se encontra num estágio avançado de desenvolvimento. Não cabe aqui, um retrocesso, haja visto também, o fato de estarmos inseridos numa economia capitalista, via cafeicultura. No entanto, o que ocorre é exatamente o início do processo de industrialização por volta de 1880, através das grandes e médias empresas, que coexistem como já afirmado inúmeras vezes, com uma parcela significativa de pequenas indústrias manufatureiras, artesanais. Estas, por inúmeras razões (inexistência de capital, de tecnologia apropriada, elevados custos de transporte e de produção de energia) não se desenvolvem em grandes indústrias, mas atingem um número significativo de atividades que atendem parte da demanda de bens gerada sobretudo pelo aumento da população via imigração. Essa parcela, não pode passar despercebida, pois denota as contradições do nosso processo de industrialização. Essas contradições são fruto do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, que gera essas peculiaridades de desenvolvimento.

As atividades desenvolvidas pelas pequenas indústrias manufatureiras e artesanais, além de prestadoras de serviços, devem ser vistas como produtoras de bens industriais para os mercados locais, sobretudo os desenvolvidos junto às frentes pioneiras do café. Apesar de apresentarem uma fraca possibilidade de acumulação de capital (muitas deixam de existir com a crise de 29), impedindo muitas vezes sua transformação técnica e seu desenvolvimento.

Deste modo, na trajetória de nosso processo de industrialização, ocorre de certa forma a convivência de indústrias antigas e modernas, ou seja, conforme Cano (1977, p. 209) "tanto atividades "primitivas" quanto "modernas", e tanto empresas de "grande" como de "pequeno" ou "médio" porte. Isso é possível graças a uma série de condições (energia elétrica, facilidade de transporte), que facilitam a subsistência sobretudo das pequenas empresas, fazendo com que a estrutura industrial paulista comporte todos os estratos de tamanhos de empresas, todas elas fazendo parte do processo de acumulação capitalista nesse período, que é engendrado pela economia cafeeira".

### 3.2.2. A Concentração Industrial em São Paulo.

A concentração industrial em São Paulo inicia-se já em princípio do século XX:

TABELA 11  
CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL POR REGIÕES

Regiões	Concentração %		
	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara	30,2	20,8	17,0
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
Demais	28,4	23,6	16,3
Brasil	100,0	100,0	100,0

FONTE: CANO, Wilson, *ibid.*, op. cit., p. 253.

Como se vê pela Tabela 11, a concentração tem início em 1907 e se acentua diferenciando do Estado da Guanabara e demais regiões, a partir de 1919.

Este fato é explicado através do desenvolvimento de transporte ferroviário e marítimo, introdução da energia elétrica, urbanização e o consequente desenvolvimento do mercado interno e mais a formação do mercado de trabalho, todos engendrados pela expansão da lavoura cafeeira.

No que se refere ao mercado de trabalho, importante elemento para o desenvolvimento industrial, deve ser lembrado, o problema dos salários.

A expansão da indústria, leva à incorporação da mão-de-obra feminina e do menor, que de certa forma serve para pressionar os salários para baixo ao mesmo tempo em que incorpora mais mão-de-obra à indústria. Se compararmos em 1919 a Guanabara com São Paulo, de acordo com dados do Censo de 20, veremos nitidamente que os salários nos diferentes ramos industriais é menor em São Paulo:

TABELA 12  
SALÁRIO MÉDIO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
(SÃO PAULO E GUANABARA) — (RÉIS POR DIA — 1919)

Estados	Adultos		Menores	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1. Indústria Têxtil				
Guanabara	6.720	5.165	2.479	2.825
São Paulo	5.729	4.684	2.211	2.272
2. Indústria de Produtos Alimentares				
Guanabara	5.845	3.856	2.617	878 (*)
São Paulo	5.616	3.567	2.028	2.403
3. Indústria do Vestuário				
Guanabara	7.582	4.216	2.376	2.049
São Paulo	6.382	3.467	2.142	1.773
4. Indústria Metalúrgica		5. Indústria de Calçados		
Homem adulto		Homem adulto		
	Fundidor	Torneiro	Cortador	Acabador
Guanabara	6.853	8.887	8.747	7.679
São Paulo	8.405	7.506	5.687	5.286

(\*) — Provável erro tipográfico.

— Censo de 1920: vol. V, 2.<sup>a</sup> Pt., pág. XI a XVI.

FONTE: CANO, Wilson — *ibid.*, op. cit., p. 128.

Desta forma as taxas de salários, tanto nas atividades urbanas como rurais, vão variar de acordo com as flutuações do mercado cafeeiro. Assim sendo, refletem sobremaneira, sobre os salários industriais que permanecem baixos, determinados pelo café.

Aliado à baixa dos salários está a oferta abundante da força de trabalho, condições essas extremamente favoráveis para a indústria. Essa oferta advém tanto da imigração estrangeira como das migrações internas. Esses elementos, são extremamente propícios à expansão industrial.

Porém, não só mão-de-obra abundante é suficiente para a aceleração do processo industrial. Outro elemento de capital importância, diz respeito à demanda de bens industrializados. Até a 1.<sup>a</sup> Guerra, “a indústria paulista contava com uma peculiaridade toda especial: instalada num mercado mais amplo do que sua capacidade de oferta dado que esse mercado era atendido também por importações do exterior e de outras regiões, teve um largo horizonte para ampliar sua capacidade produtiva. Dito de outra forma: sua taxa de acumulação pode crescer — até o início da década de 20 — em ritmo maior do que a taxa de crescimento do mercado gerado pelo complexo cafeeiro, “substituindo importações” regionais e estrangeiras e garantindo para si a expansão marginal desse mercado” (Cano, 1977, p. 234).

A esse fato, Cano (1977, p. 234), revela que o “processo de produção industrial paulista, pela ótica de mercado pode ser analisado sob dois momentos: o 1.<sup>o</sup>, denominado de concentração por estímulo e que corresponde ao período da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Aqui há o aumento da produção em resposta ao aumento da demanda não só do Estado de São Paulo, mas mas de todo o Brasil, em virtude das restrições às importações impostas pela guerra. E, o 2.<sup>o</sup> momento, que se localiza na década de 20, pois, quando se dá o aumento da produção industrial e a conseqüente conquista de mercado exteriores a fim de tornar o processo de acumulação viável”.

Isto vem explicar o desenvolvimento do setor de bens de produção (cimento, aço, química, etc.), a partir da década de 20.

A expansão da indústria paulista, leva ao incremento do comércio tanto com o exterior como o resto do país, acentuando de certa forma o crescimento da economia paulista. Esta passa a exportar para as demais regiões brasileiras, produtos industrializados e a importar matérias-primas e gêneros alimentícios, como por exemplo, açúcar, minérios, madeiras, animais de corte, que não são produzidos em São Paulo. Desta forma o perfil da economia paulista, passa a sofrer profundas transformações. Até então, as atividades exportadoras são desempenhadas pela cafeicultura, que ao mesmo tempo determina o mercado e norteia o processo de acumulação. Agora esta atividade de exportação de produtos industrializados, passa também a agir como fonte geradora de divisas, passando a ser o sustentáculo das importações de bens de produção para a própria economia paulista:

TABELA 13  
CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

Ramo	Concentração Industrial em São Paulo	
	1907	1919
Minerais não metálicos	30,4	50,1
Metalúrgica	—	45,4
Mecânica	19,8	—
Madeira	10,5	22,1
Mobiliária	12,0	27,5
Papel	37,8	48,0
Couros e peles	14,6	32,1
Perfumes, sabões e velas	3,8	25,8
Têxtil	26,3	36,6
Vestuário	22,0	38,0
Alimentar	9,9	26,0
Bebidas	12,7	34,1
Fumo	0,9	14,7
Diversas	11,5	14,2
TOTAL	15,9	31,5

— Censos Industriais de 1907, 1920.

a) Porcentagem do Valor Bruto da Produção Industrial de São Paulo em relação ao total do Brasil.

FONTE: CANO, Wilson — *Ibid.*, op. cit., p. 241.

Conforme dados da Tabela 13, vê-se que a produção paulista em 1907, perfaz cerca de 15,9% da produção industrial brasileira, índice este, que passa para 31,5% em 1919, o que de certa forma consolida a concentração industrial em São Paulo em relação ao resto do país.

A concentração industrial em São Paulo é acompanhada do retrocesso industrial da Guanabara, o primeiro grande centro industrial e financeiro do país. O fato da Guanabara ter sido desde 1763, sede administrativa do país, a leva a desenvolver-se como importante centro não só político, mas também, econômico. Convém lembrar que o café, inicialmente, passa a ser cultivado nessa região, incentivando um processo inicial de desenvolvimento industrial, em consequência dos lucros advindos com o seu cultivo. No entanto, o processo de acumulação gerado pela economia cafeeira não atinge as proporções assumidas em São Paulo, em decorrência do fato dela se fundamentar exclusivamente no trabalho escravo. A economia escravista, vem portanto, restringir a ampliação do excedente, devido em grande parte aos gastos dispendidos com a compra de escravos e também na importação dos meios de subsistência. Também há de se considerar que o trabalho escravo, serve para limitar a expansão do mercado interno, fato este que não ocorre em São Paulo, onde a mão-de-obra imigrante vai ser um poderoso agente no sentido de desenvolver a dinâmica desse mercado.

Deste modo, o aparente desenvolvimento da Guanabara, vai ser facilmente suplantado por São Paulo, já no início do século XX, com a expansão cafeeira no "oeste paulista".

"Ao contrário da Guanabara, que já em 1872 tinha uma população de 275.000 habitantes, a cidade de São Paulo, nessa data, contava 31.000, que era o dobro dos 15.500, existentes em 1855. Desde meados do século XVIII, a Guanabara se distinguiu como importante centro comercial e financeiro, decorrendo daí não apenas o desenvolvimento do comércio de exportação e importação, como também, em grande parte, o desenvolvimento da própria cafeicultura da região. A pobreza da então Província de São Paulo, somente seria superada, com o advento cafeeiro, e este somente ganharia real expressão em São Paulo a partir da década de 1870" (Cano, 1977, p. 69 e 70).

Disto, se conclui que à medida que decaem as zonas cafeeiras da Guanabara, o centro dinâmico da economia nacional, gradativamente se transfere para São Paulo, possibilitando desta forma a concentração industrial neste Estado.

## CONCLUSÃO:

Após ter evidenciado nos seus diferentes aspectos a relação café-indústria, podemos concluir que:

— através da economia cafeeira desenvolvida no "oeste-paulista", as relações capitalistas de produção e toda a sua complexidade passam a ser

o eixo de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo no final do século XIX e princípios do século XX;

— constata-se portanto que o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo se faz única e exclusivamente através das inversões de capital cafeeiro em capital industrial;

— assim como a economia cafeeira também engendra uma forma específica de desenvolvimento industrial, centrado na grande indústria;

— e que as próprias condições impostas pelo momento histórico ou seja, pelo desenvolvimento do capitalismo, determinam as características dessa concentração industrial, tanto em nível regional (Estado de São Paulo) como no tipo de indústria desenvolvida ou seja a grande indústria produtora de bens de consumo.

Diante destas constatações, propomos para análise futura, um enfoque maior a ser dado à pequena indústria artesanal doméstica. Esta, apesar de não fazer parte integrante do desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo, deve ser vista e analisada mais pormenorizadamente pois também surge como consequência da implantação do capitalismo industrial. Ela não representa uma forma inicial de indústria como por exemplo o que aconteceu na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII, mas surge ao lado da grande indústria produtora de bens de consumo. É uma característica peculiar engendrada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil (especificamente no Estado de São Paulo) em decorrência das inversões de capital cafeeiro em capital industrial e que não pode ser relegada ao esquecimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Joaquim F. — *O Café no Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1933.
- ARAÚJO, F., J. R. — "*O Café, Riqueza Paulista*" in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, A.G.B., 1956, n.º 23.
- AURELIANO, Liana Maria — *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- BAER, Werner — *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BANDEIRA Jr., Antônio Francisco — *A Industrialização no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo, Tipografia do "Diário Oficial", 1901.
- BEIGUELMAN, Paula — *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro — Aspectos Políticos*. São Paulo, Editora Pioneira, 1968.
- CANDAL, Arthur — *A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas*. Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969.
- CANO, Wilson — *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Editora Difel, 1977.
- CARDOSO, Fernando H. — "A Estrutura da Indústria em São Paulo" in *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, C.B.P.E., jan./fev. de 1960, pp. 29 a 42.
- CARDOSO, Fernando H. — "As Condições Sociais da Industrialização de São Paulo" in *Revista Brasiliense*, São Paulo, Editora Brasiliense, março/abril de 1960, pp. 31 a 46.

CASTRO, A. B. — *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1975 — vol. I e II.

CENNI, Franco — *Italianos no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959.

COSTA, Emília Victti — *Da Colônia à Senzala*. S. Paulo, Difusão Européia do Livro.

DEAN, Warren — *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura — 1820-1920*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren — *A Industrialização de São Paulo — 1880 a 1945*. São Paulo, Difel, 1971.

DE DECCA, Edgard Salvadori — *1930 — O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

FOOT, Francisco e Victor Leonardi — *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1982.

FRANÇA, Ary — *A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRANCO, M. Sylvia de Carvalho — *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Editora Ática, 1976.

FURTADO, Celso — *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972.

GARCIA, Liliansa B. Reis — “A Questão do Trabalho Escravo e do Trabalho Livre no Caso Brasileiro” — Publicação Avulsa n.º 53. Seção de Documentação e Biblioteca da F.E.F.C.S.O. — Campus de Marília, UNESP, Marília, 1983.

HARDMAN, Francisco Foot e Victor Leonardi — *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1982.

HERMAN, Lucila — “Características da Evolução do Parque Industrial do Estado de São Paulo” in *Revista de Administração*, 1947, dezembro, pp. 87 a 144.

HOLLOWAY, Thomas H. — *Imigrantes para o Café — Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.

JOBIM, José — *História das Indústrias no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1941.

LEME, Hugo de Almeida — *Contribuição para o Estudo das Máquinas Nacionais de Beneficiar Café. Piracicaba, ESALQ, 1944*.

LIMA, Heitor F. — *Evolução Industrial de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.

———. — *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1970.

LUZ, Nícia Vilela — *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1978.

MARX, Karl — *O Capital*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

MATOS, Odilon Nogueira — *Café e Ferrovias: A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1974.

MELO, João Manuel Cardoso — *O Capitalismo Tardio — Contribuição Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — Tese de Doutorado (mimeo.), UNICAMP, 1975.

MILLIET, Sérgio — *Roteiro do Café e Outros Ensaios*. São Paulo, DIPA, 1975.

MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, Armand Colis, 1952.

PÉLAEZ, G.M. — *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PESTANA, Paulo R. — *A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num século — 1822-1922*. São Paulo, Rothschild, 1923.

PICCAROLO, Antonio e Luiz Finacchi — *O Desenvolvimento Industrial de São Paulo através da Primeira Exposição Municipal*. São Paulo, Pocaí & Comp., 1918.

PRADO, Caio — *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1953.

RATTNER, Henrique — *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo*. São Paulo, F.G.V., 1972.

SALLUM Jr., Brasília — *Capitalismo e Cafeicultura — Oeste Paulista: 188-1930*. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1982.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Departamento Estadual do Trabalho, S. Paulo, 1915.

SEGNINI, Liliansa R. Petrilli — *Ferrovia e Ferroviários*. São Paulo, Cortez Editora, 1982.

SILVA, Sérgio — *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

SIMÃO, Azis — *Sindicato e Estado — Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.

SIMONSEN, Roberto — *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

SPINDEL, Cheywa R. — *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.

STEIN, S. — *Grandeza e Decadência do Café*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961.

TAYNAY, A.E. — *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1941.